Institui o Código Municipal de Meio Ambiente e Normas Gerais de Direito Ambiental aplicáveis ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRAIA NORTE, ESTADO DO TOCANTINS,

Faço saber a todos os seus habitantes, que a CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE aprovou e EU sanciono a seguinte LEI:

CODIGO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Titulo I DA POLITICA AMBIENTAL Capitulo I DOS PRINCIPIOS

Art. 1º. Este código fundamentado no interesse local regula a ação do poder público municipal e sua relação com os cidadãos e instituições pública e privadas na prevenção, preservação, defesa, melhoria, recuperação e controle de meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum da humanidade e essencial à sadia qualidade de vida da população.

Art. 2º. A política Municipal do Meio Ambiente é orientada pelos seguintes principio:

- I - Promoção do desenvolvimento integral do ser humano;
- II - Promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo e fazendo incluir, sempre em todas as ações públicas e privadas, as componentes, econômica, social e ambiental, visando o uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não;
- III - Proteção das áreas degradadas ou potencialmente ameaçadas de degradação;
- IV - Prover a todos, o direito no meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações;
- V - Estimular o desenvolvimento da função econômica, social e ambiental da propriedade;
- VI - Fazer valer a obrigação de recuperar áreas degradadas e de indenizar pelos danos causados ao meio ambiente;
- VII - Estimular ações privadas de melhoria e recuperação do meio ambiente;
- VIII - Garantir a prestação de informação relativa ao meio ambiente;
- IX - Disseminar métodos e modelos existentes de preservação ambiental;

X - Contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento das políticas ambientais emanadas dos governos federal e estadual.

Capítulo II DOS OBJETIVOS

Art. 3º. São objetivos da política municipal de meio ambiente:

I - Articular e integrar as ações e atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com aqueles dos órgãos federais e estaduais, quando necessários;

II - Articular e integrar ações e atividades intermunicipais, favorecendo a consórcio e outros instrumentos de cooperação;

III - Identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

IV - Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade da vida e o uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não;

V - Controlar a produção, extração, comercialização, transporte e emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - Estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas;

VII - Estimular a aplicação da melhor tecnologia disponível para a contínua redução dos níveis de poluição;

VIII - Preservar e conservar as áreas protegidas no Município;

IX - Estimular o desenvolvimento de pesquisas e uso adequado dos recursos ambientais, naturais ou não;

X - Promover a educação ambiental na sociedade e especialmente na rede de ensino municipal;

XI - Promover o zoneamento ambiental, do município e quando necessário, em parceria com municípios vizinhos.

Capítulo III DOS INSTRUMENTOS

Art. 4º. São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - Zoneamento ambiental;

II - Criação de espaços territoriais especialmente protegidos;

III - Estabelecimento de parâmetros e padrões de qualidade ambiental;

IV - Avaliação de impactos ambientais;

V - Licenciamento ambiental;

VI - Auditoria ambiental;

VII - Monitoramento ambiental;

- VIII - Sistema Municipal de Informações e Documentações Ambiental (SMIDA);
- IX - Criar e gerir o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA);
- X - Criar e implementar o Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes;
- XI - Elaborar e implementar o Plano Municipal de Educação Ambiental;
- XII - Criar e implementar mecanismos de benefícios e incentivos, para a preservação e conservação dos recursos ambientais, naturais ou não;
- XIII - Criar e implementar um sistema de fiscalização ambiental;
- XIV - Criar incentivos para estimular a valorização do Patrimônio Ambiental do Município.

Capitulo IV DOS CONCEITOS GERAIS

Art. 5º. São os seguintes conceitos gerais para fins e efeitos deste Código:

I - Meio ambiente: a interação de elementos naturais e criados, sócio-econômicos e culturais, que permite, abriga e rege a vida em todas as formas;

II - Ecossistemas: "conjunto dos relacionamentos mútuos entre determinado meio ambiente e a flora, a fauna, e os microorganismos, que nele habitam e que incluem os fatores de equilíbrio geológico, atmosférico, meteorológico e biológico";

III - Degradação ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

IV - Poluição: a alteração da qualidade ambiental resultante de atividades humanas ou fatores naturais que direta ou indiretamente:

- a) Prejudicam a saúde, a segurança ou bem-estar da população;
- b) Criem condições adversas ao desenvolvimento sócio-econômico;
- c) Afetem desfavoravelmente a biota;
- d) Lacem matérias ou energia em desacordo com padrões ambientais estabelecidos;
- e) Afetem as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, direta ou indiretamente responsável, por atividade de poluição ou degradação efetiva ou potencial;

VI - Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, a fauna e a flora;

VII - Proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da Natureza;

VIII - Preservação: proteção integral do atributo natural, admitido apenas seu uso indireto;

IX - Conservação: uso sustentável dos recursos naturais, tendo em vista a sua utilização sem colocar em risco a manutenção dos ecossistemas existentes, garantindo-se a biodiversidade;

X - Manejo: técnicas racional e controlada de recursos ambientais mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza;

XI - Gestão ambiental: conjunto de ações para administrar com eficácia os usos sustentáveis dos recursos ambientais, naturais ou não, por instrumentação adequada - regulamentos, normatização, e investimentos públicos - assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento sustentável em benefício do meio ambiente e da sociedade;

XII - Áreas de Preservação Permanente: porções do território Municipal, incluídas as lagoas, cachoeiras, pontos turísticos de domínio publico ou privado, destinadas a preservação de suas características ambientais relevantes, assim definidas em lei;

XIII - Unidades de Conservação: parcelas do território Municipal, incluindo as áreas com características ambientais relevantes de domínio publico ou privado, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;

XIV - Áreas Verdes: áreas representativas de ecossistemas criados pelo Poder Publico por meio de florestamento em terras de domínio publico ou privado.

Titulo II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SIMMA
Capitulo I
DA ESTRUTURA

Art. 6º. O Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIMMA, é o conjunto de órgãos e entidades publica e privadas integrados para a prevenção, preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, valorização ambiental e uso adequado dos recursos ambientais do Município, consoante o disposto neste Código.

Art. 7º. Integram o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIMMA:

I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SIMMA, órgão de implementação, coordenação, controle e execução da política ambiental;

II - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo da política ambiental;

III - Organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

IV - As secretarias e autarquias afins do município, definidas em ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O CONDEMA é o órgão superior deliberativo da composição do SIMMA, nos termos deste código.

Art. 8º. Os órgãos e entidades que compõem a SIMMA atuarão de formas harmônica e integrada, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observada a competência do CONDEEMA.

Capitulo II
DO ÓRGÃO EEXECUTIVO

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, é o órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, com as atribuições e competência definidas neste código.

Art. 10. São atribuições do SEMMA:

- I - Participar dos planejamentos das políticas públicas do Município;
- II - Elaborar o Plano de Ação de Meio Ambiente e a respectiva proposta orçamentária;
- III - Coordenar as ações dos órgãos integrados do SIMMA;
- IV - Exercer o controle, monitoramento e a avaliação do Patrimônio Natural do Município;
- V - Realizar o controle e o monitoramento das atividades e dos prestadores de serviços, quando potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores do meio ambiente;
- VI - Manifestar mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do Município ou órgão afins;
- VII - Implementar através do plano de ação, as diretrizes da política ambiental do Município inclusive articulando ações conjuntas ou consórcios com Município da sub-bacia hidrográfica do Rio Tocantins;
- VIII - Promover a educação ambiental em todos os níveis da sociedade, compatibilizando-a com cada grupo social;
- IX - Articular com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais – ONG's, para execução coordenada e a obtenção de financiamento para a implantação de programas relativos a preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;
- X - Coordenar a gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, nos aspectos técnicos administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo CONDEMA e por parceiros ou consorciados;
- XI - Apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre os seus objetivos;
- XII - Propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo;
- XIII - Recomendar ao CONDEMA normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do município;
- XIV - Licenciar a localização, instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
- XV - Desenvolver com a participação dos órgãos federais, estaduais e entidades do SIMMA, o zoneamento ambiental;
- XVI - Fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano e rural, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos;
- XVII - Coordenar a implantação do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes e promover sua avaliação e adequação;
- XVIII - Promover as medidas administrativas e requerer as judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do meio ambiente;

XIX - Atuar em caráter permanente na recuperação de áreas e recursos ambientais poluidores ou degradados, tendo como prioridades, matas ciliares, encostas, riachos e lagoas, na área urbana e rural;

XX - Fiscalizar as atividades produtivas, comerciais, de prestação de serviços, e o uso de recursos ambientais pelo Poder Público e pelo particular;

XXI - Exercer o poder de política administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício de uso sustentável da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

XXII - Determinar a realização de estudos prévios de impacto ambiental;

XXIII - Dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CONDEMA;

XXIV - Dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas ações institucionais em defesa do Meio Ambiente;

XXV - Elaborar projetos ambientais;

XXVI - Executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração.

Capítulo III DO ÓRGÃO COLEGIADO

Art. 11. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, tem como finalidade assessorar, estudar e propor as diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre os recursos e processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

§ 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, tem como finalidade:

I - Levantar o patrimônio ambiental (Natural, Étnico e Cultural), do Município;

II - Localizar e mapear áreas críticas em que se desenvolvam atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivadas ou potencialmente poluidoras bem como empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, a fim de permitir a vigilância e o controle desses procedimentos e cumprimentos da legislação em vigor;

III - Colaborar no planejamento municipal mediante recomendações referentes à proteção do patrimônio ambiental do Município;

IV - Estudar, definir e propor normas e procedimentos visando proteção ambiental do Município;

V - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;

VI - Fornecer informações e subsídio técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente;

VII - Colaborar em campanhas educacionais relativas ao meio ambiente e o problema de saúde e saneamento básico;

VIII - Manter intercâmbio com entidade oficiais e privadas e de atividades ligadas ao conhecimento e proteção do meio ambiente;

IX - Identificar, prever e comunicar as agressões ambientais ocorridas no Município, diligenciando no sentido de sua apuração e sugerindo aos Poderes Públicos as medidas cabíveis e contribuindo, em caso de emergência, para a mobilização da comunidade;

X - Encaminhar ao Ministério Público, para que sejam adotadas as providências previstas em lei, toda e qualquer ocorrência causadora de danos ao meio ambiente.

§ 2º O CONDEMA compor-se-á dos seguintes membros:

I - Um representante da Prefeitura Municipal;

II - Um representante da Câmara Municipal;

III - Um representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Praia Norte;

IV - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Norte;

V - Um representante dos Empresários de Praia Norte;

VI - Um representante da Associação de Bairros da cidade de Praia Norte;

VII - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - Um representante da secretaria Municipal de Saúde;

IX - Um representante da Associação das Escolas Estaduais de Praia Norte;

X - Um representante da Associação de Pescadores de Praia Norte.

§ 3º O CONDEMA terá uma diretoria eleita entre os seus membros, compostas de um Presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros.

§ 4º Os membros do CONDEMA serão indicados ou eleitos por entidades, com mandato 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, antes de 60 (sessenta) dias do final de cada mandato, conforme regras e normas estabelecidas no Regimento Interno do CONDEMA.

§5º O CONDEMA manterá com órgão da Administração Municipal, Estadual e Federal, estreito intercambio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos á defesa do meio ambiente.

§6º O CONDEMA sempre que cientificado de possível agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua apuração e das providencias necessárias, comunicando ao Ministério Publico no caso de comprovação de dano ao meio ambiente.

I - O CONDEMA, poderá estipular o valor das multas a serem cobradas dos Agressores do Meio Ambiente, no município de Praia Norte, obedecidos aos dispositivos da Legislação Federal e Estadual, sendo destinado parte da multa recolhida para o conselho, onde o percentual a ser fixado no Regimento Interno do CONDEMA.

§ 7º Para os casos constantes de qualquer agressão ambiental, o CONDEMA encaminhará o comunicado ao prefeito, alertando-o das possíveis implicações em face de Legislação Federal, Estadual e Municipal e, sugerindo-lhe as providencias necessárias, informando completamente ao IBAMA e ao Ministério Publico.

§ 8º O CONDEMA promoverá a divulgação de conhecimento e providencias relativos à conservação e recuperação do Patrimônio Ambiental.

§ 9º Deverão constar, obrigatoriamente, dos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino do Município, noções e conhecimentos referentes ao Patrimônio Ambiental (Natural, Étnico e Cultural) e respectiva conservação e recuperação.

Capitulo IV DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 12. As entidades não governamentais - ONG's, são instituições da sociedade civil organizada que tem entre seus objetivos a atuação na área ambiental.

Capitulo V DAS SECRETARIAS AFINS

Art. 13. As secretarias afins são aquelas que desenvolvem atividades que interferem direta ou indiretamente sobre a área ambiental.

Titulo III DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Capitulo I NORMAS GERAIS

Art.14. Os instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente, elencados no titulo I, capitulo III, deste código, serão definidos e regulados neste titulo.

Art. 15. Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da política municipal de meio ambiente, para a perfeita consecução dos objetivos definidos no titulo I, capitulo II, deste Código.

Capítulo II DO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 16. O zoneamento ambiental consiste na definição de área do território do Município, de modo a regular atividades bem como definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

Parágrafo Único. O zoneamento ambiental será definido por lei e incorporado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, e ao Plano Diretor de Desenvolvimento Rural - PDDR, no que couber, podendo o Poder Executivo alterar os seus limites, ouvindo o CONDEMA e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS.

Art.17. As Zonas ambientais do Município são:

I - Zonas de Unidade de Conservação - ZUC: área sob regulamento das diversas categoria de manejo;

II - Zona de Proteção Ambiente - ZPA: área protegida por instrumentos legais diversos devido à existência de remanescentes de florestas,

matas ciliares, encostas e ambientes associados e de suscetibilidade do meio a riscos relevantes;

III - Zona de Proteção Paisagista - ZPP: área de proteção de paisagem com características excepcionais de qualidade e fragilidade visual;

IV - Zona de Recuperação Ambiental - ZRA: área em estágio significativo de degradação, onde é exercida a proteção temporária e desenvolvidas ações visando a recuperação induzida ou natural do ambiente, com o objetivo de integrá-las às zonas de proteção;

V - Zona de Controle Especial - ZCE: demais áreas do Município submetidas a normas próprias de controle e monitoramento do ambiente, em função de suas características peculiares.

Capítulo III

DOS ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 18. Os espaços territoriais especialmente protegidos, sujeitos a regime jurídico especial, são os definidos neste capítulo, cabendo ao Município sua delimitação quando não definidos em lei.

Art. 19. São espaços territoriais especialmente protegidos:

I - As áreas de preservação permanentes;

II - As unidades de conservação;

III - As áreas públicas e particulares, com vegetação relevantes ou florestados;

IV - Morros, montes e montanhas;

V - Lagoas, cachoeiras, rios, riachos, nascentes e outro pontos turísticos do Município.

Seção I

DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 20. São áreas de preservação permanentes:

I - Os igarapés, brejos, alagados, buritizais, especialmente os da área urbana;

II - A cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitas a erosão e ao deslizamento;

III - As nascentes, as matas ciliares e as faixas marginais de proteção das águas superficiais, os vãos, os baixões e as suas encostas, quando definidos por zoneamento ou pela legislação pertinente;

IV - As áreas que abrigam exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécie migratória;

V - As elevações rochosas de valor paisagístico e a vegetação rupestre de significativa importância ecológica;

VI - As demais áreas declaradas por lei.

Seção II

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DAS DE DOMÍNIO PRIVADO

Art. 21. As unidades de conservação constituem o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, o qual deve ser integrado aos sistemas estadual e federal.

- I - Estação ecológica;
- II - Reserva ecológica;
- III - Parque municipal;
- IV - Monumento natural;
- V - Área de proteção ambiental.

Parágrafo Único. Deverá constar no ato do Poder Público a que se refere o caput deste artigo, diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área de entorno.

Art. 22. As unidades de conservação constituem o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, o qual deve ser integrado ao sistema estadual e federal.

Art. 23. A alteração adversa, a redução da área ou extinção de unidade de conservação somente será possível mediante lei municipal.

Art. 24. O poder público poderá reconhecer, na forma da lei, unidades de conservação de domínio privado.

Seção III DAS ÁREAS VERDES

Art. 25. As Áreas Verdes Públicas e as Áreas Verdes Especiais serão regulamentadas por ato de Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. A SEMMA definirá e o CONDEMA aprovará as formas de reconhecimento de Áreas Verdes e de Unidades de Conservação de domínio particular, para fins de integração ao Sistema Municipal de Unidades de Conservação.

Seção IV DOS MORROS, MONTES, MONTANHAS, PONTOS TURÍSTICOS. OU ÁREAS DE PRETENÇÃO PAISAGÍSTICA.

Art. 26. Os Morros, montes e montanhas são áreas que compõem as zonas de proteção ambiental ou paisagísticas, definidas pelo zoneamento ambiental.

Seção V DOS IGARAPES, BREJOS, ALAGADOS, BURITIZAIS, DA ÁREA URBANA E RURAL

Art. 27. Os igarapés, brejos, alagados, buritizais, especialmente as da área urbana são áreas de proteção ambiental.

Seção VI DOS PADRÕES DA EMISSÃO E QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 28. Os Padrões de qualidade ambiental são os valores de concentração máximas toleráveis no ambiente para cada poluente, de modo a

resguardar a saúde humana, fauna, flora, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral.

§ 1º Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas do poluente suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

§ 2º Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo e a emissão de ruídos sonoros.

Art. 29. Padrões de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora de sons que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

Art. 31. Os padrões e parâmetros de emissão de sons e qualidade ambiental são aqueles estabelecimentos pelos Poderes Públicos Estaduais e Federais, podendo o CONDEMA estabelecer padrões mais restritos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos estaduais e federais, fundamentados em parecer consubstanciados encaminhado pela SEMMA.

Capítulo IV DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Art. 32. Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- I - A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - As atividades sociais e econômicas;
- III - A biota;
- IV - As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - A qualidade e quantidade dos recursos ambientais;
- VI - Os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 33. A avaliação de impacto ambiental é resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público Municipal que possibilita a análise e interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental, compreendendo:

- I - A Consideração da variável ambiental nas políticas, planos, programas ou projetos que possam resultar em impacto referido no caput;
- II - A elaboração de Estudo Prévio de Impacto - EPIA, e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a implantação de empreendimento ou atividades, na forma da lei;

Parágrafo Único. A variável ambiental deverá incorporar ao processo de planejamento da políticas, planos, programas e projetos como instrumento decisório do órgão ou entidade competente.

Art. 34. É de competência da SEMMA a exigência do EPIA / RIMA para o licenciamento de atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente no Município bem como deliberação final.

§ 1º O EPIA / RIMA poderá ser exigido na ampliação da atividade mesmo quando o RIMA já tiver sido aprovado.

§ 2º Caso haja necessidade de inclusão de pontos adicionais ao termo de referencia, tais inclusões deverão estar fundamentadas em exigências legais ou, em sua inexistências, em parecer técnico consubstanciado, emitido pela SEMMA.

§ 3º A SEMMA deve manifestar-se conclusivamente âmbito de sua competência sobre o EPIA/RIMA, em até 180 dias a contar da data do recebimento, excluídos os períodos dedicados á prestação de informações complementares.

Art. 35. O EPIA/RIMA, alem de observar os demais dispositivos deste Código, obedecerá as seguintes diretrizes gerais:

I - Completar todas as alternativas tecnológicas apropriadas e alternativas de localização do empreendimento, confrontado-as com a hipótese de não execução do mesmo;

II - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos;

III - Realizar o diagnostico ambiental da área de influencia do empreendimento, com completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da região, antes da implantação do empreendimento;

IV - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais que serão gerados pelo empreendimento nas suas fases de planejamento, pesquisa, instalação, operação ou utilização de recursos ambientais;

V - Considerar os planos e programas governamentais existentes e a implantação na área de influencia do empreendimento e a sua compatibilidade;

VI - Definir medidas redutoras para os impactos negativos bem como medidas potencializadas dos impactos positivos decorrentes do empreendimento;

VII - Elaborar programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando a frequência, os fatores e parâmetros a serem considerados, que devem ser mensuráveis a ter interpretações inequívocas.

Art. 36. A SEMMA deverá elaborar ou avaliar os termos de referência em observância com as características do empreendimento e do meio ambiente a ser afetado, cujas instruções orientarão a elaboração do EPIA/RIMA, contendo prazos, normas e procedimentos a serem adotados.

Art. 37. O diagnostico ambiental, assim como a análise dos impactos ambientais, deverão considerar o meio ambiente da seguinte forma:

I - Meio Físico: o solo, o sub-solo, as águas, o ar, o clima, com destaque para os recursos minerais, a topografia, a paisagem, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico e as correntes atmosféricas;

II - Meio Biológico: a flora e a fauna, com destaque para as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e os ecossistemas naturais;

III - Meio Sócio-econômico: o uso e ocupação do solo, o uso da água e a sócio-economia, com destaque para os sítios e monumentos arqueológicos, históricos, culturais e ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Parágrafo Único. No diagnostico ambiental, os fatores ambientais devem ser analisados de forma integrada mostrando a interação entre eles e a sua interdependência.

Art. 38. O EPIA será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente, sendo aquela responsável legal e tecnologicamente pelos resultados apresentados.

Parágrafo Único. O CONDEMA poderá, em qualquer fase de elaboração ou apreciação do EPIA/RIMA, mediante voto fundamentado aprovado pela maioria absoluta de seus membros, declarar a inidoneidade da equipe multidisciplinar ou de técnicos competente, recusando, se for o caso, os levantamentos ou conclusões de sua autoria.

Art. 39. O RIMA refletora as conclusões do EPIA de forma objetiva e adequada a sua ampla divulgação, sem omissão de qualquer elemento importante para a compreensão da atividade e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto de viabilidade (ou básico) e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção, a área de influência, as matérias-primas, a mão-de-obra, as fontes de energia, demanda de água, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, e os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambientais da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, qualificação e interpretação;

V - A característica da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras, previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não poderão ser evitados e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - A recomendação quanto a alternativa mais favorável conclusão e comentário de ordem geral.

§ 1º O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão, e as informações nele contidas devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas e demais técnicas de comunicação visual, de modo que as consequências ambientais de sua implementação.

§ 2º O RIMA, relativo a projetos de grande porte, conterá obrigatoriamente:

I - A relação, quantificação e especificação de equipamentos sociais e comunitários e de infra-estrutura básica para o atendimento das necessidades da população, decorrentes das fases de implantação, operação ou expansão do projeto;

II - A fonte de recursos necessários à construção e manutenção dos equipamentos sociais e comunitários e a infra-estrutura.

Art. 40. A SIMA ao determinar a elaboração do EPIA e a apresentação do RIMA, por sua iniciativa ou quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 (cinquenta) ou mais de cidadãos munícipes, dentro de prazos

fixados por lei, promoverá a realização de Audiência Pública para a manifestação da população sobre o projeto e seus impactos sócio-econômicos e ambientais.

§ 1º A SEMMA procederá a ampla publicação de edital, dando conhecimento e esclarecimento à população da importância do RIMA e dos locais e períodos onde estará à disposição para conhecimento, inclusive durante o período de análise técnica.

§ 2º A realização da audiência pública deverá ser esclarecida e amplamente divulgada, com antecedência necessária à sua realização em local conhecido e acessível.

Art. 41. A relação dos empreendimentos ou atividades que estarão sujeitas a elaboração do EPIA e respectivo RIMA, será definida por ato do Poder Público ouvido o CONDEMA e observados dispositivos da legislação vigente.

Capítulo VI DO LINCECIAMENTO E DA REVISÃO

Art. 42. A execução de planos, programas, obras, a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividades e o uso e exploração de recursos ambientais de qualquer espécie, de iniciativa privada ou do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou capazes, de qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento municipal, exigíveis.

Art. 43. As licenças de qualquer espécie de origem federal ou estadual não excluem a necessidade de licenciamento pelo órgão competente do SIMMA, nos termos deste Código.

Art. 44. A SEMMA, devidamente autorizadas pelos órgãos federais e estaduais, ou em parceria com estes, expedirá as seguintes licenças:

- I - Licença Municipal de Localização - LML;
- II - Licença Municipal de Instalação - LMI;
- III - Licença Municipal de Operação - LMO;
- IV - Licença Municipal de Ampliação - LMA.

Art. 45. A Licença Municipal de Localização - LML será requerida pelo proponente do empreendimento ou atividade, para verificação de adequação aos critérios do zoneamento ambiental.

Parágrafo Único - Para ser concedida a Licença Municipal de Localização, o CONDEMA poderá determinar a elaboração de EPIA/RIMA, nos termos deste Código e a sua regulamentação.

Art. 46. A Licença Municipal de Instalação - LMI, a Licença Municipal de Operação - LMO e a Licença Municipal de Ampliação - LMA, serão requeridas mediante apresentação do projeto competente e do EPIA/RIMA, quando exigido.

Parágrafo Único. A SEMMA definirá elementos necessários à caracterização do projeto e aquelas constantes das licenças através do regulamento.

Art. 47. A LMI conterá o cronograma aprovado pelo órgão do SIMMA para a implantação dos equipamentos e sistemas de controle, monitoramento, mitigação ou reparação de danos ambientais.

Art. 48. A LMO será concedida depois de concluída a instalação, verificada a adequação da obra e o cumprimento de todas as condições previstas na LMI.

Art. 49. O início da instalação, operação ou ampliação de obra ou atividades sujeita ao licenciamento ambiental sem a expedição da licença respectiva implicará na aplicação das penalidades administrativas previstas neste Código e a adoção das medidas judiciais cabíveis, sob a pena de responsabilidade funcional do órgão fiscalizador do SIMMA.

Art. 50. A revisão da LMO, independente do prazo de validade, ocorrerá sempre que:

I - A atividade que colocar em risco a saúde ou a segurança da população, para além daquele normalmente considerado quando do licenciamento;

II - A continuidade da operação de maneira irremediável recursos ambientais não inerentes á própria atividade;

III - Ocorrer descumprimento ás condicionantes do licenciamento.

Art. 51. A renovação da LMO devera considerara as modificações no zoneamento ambiental com o prosseguimento da atividade licenciada e a concessão de prazo para a adaptação, realocização ou encerramento da atividade.

Art. 52. O regulamento estabelecido estabelecerá prazos para requerimentos, publicação, prazo de validade das licenças emitidas e relação de atividades sujeitas ao licenciamento.

Capitulo VII DA AUDITORIA AMBINETAL

Art. 53 - Para os efeitos deste Código, denomina-se auditoria ambiental o desenvolvimento de um processo documentado de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou desenvolvimento de obras, causadoras de impacto ambiental, com o objetivo de:

I - Verificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição e degradação ambiental provocados pela atividades ou obras auditivas;

II - Verificar o cumprimento de normas ambientais federais, estaduais e municipais;

III - Examinar a política adotada pelo empreendedor, bem como o atendimento e os padrões legais em vigor, objetivando preservar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida;

IV - Avaliar os impactos sobre o meio ambiente causados por obras ou atividades auditivas;

V - Analisar as condições de operação de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle das fontes poluidoras e degradadoras;

VI - Examinar, através de padrões e normas de operação e manutenção, a capacitação os operadores e a qualidade do desempenho da operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção o meio ambiente;

VII - Identificar riscos de prováveis acidentes e de emissões contínuas, que possam afetar, direta ou indiretamente, a saúde da população residente na área de influencia;

VIII - Analisar as medidas adotadas para a correção de não conformidades legais detectadas em auditorias ambientais anteriores,

tendo como objetivo a preservação do meio ambiente e a sadia qualidade de vida.

§ 1º As medidas referidas no inciso VIII deste artigo deverão ter o prazo para a implantação, a partir da proposta do empreendedor, determinado pela SIMMA, a quem caberá, também, a fiscalização e aprovação.

§ 2º O não cumprimento das medidas nos prazos estabelecidos na forma do parágrafo único deste artigo sujeitará o infrator às penalidades administrativas e as medidas judiciais cabíveis.

§ 3º Quando se trata de auditorias com a finalidade de obter a certificação ISO 14000, os critérios adotados serão os mesmos da Fundação Premio Nacional da Qualidade, ou instituições credenciadas no país e/ou no exterior.

§ 4º As auditorias para fins de certificação serão solicitadas pelo interessado.

§ 5º A prefeitura através da SEMMA incentivará através de apoio institucional, técnico e fiscal as empresas ou instituições na busca da certificação de qualidade.

Art. 54. A SEMMA poderá determinar aos responsáveis pela atividade efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras a realização de auditorias ambientais periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Parágrafo Único. Nos casos de auditorias periódicas, os procedimentos relacionados à elaboração das diretrizes a que se refere o caput deste artigo deverão incluir a consulta aos responsáveis por sua realização e à comunidade afetada, decorrente do resultado de auditoria anteriores.

Art. 55. As auditorias ambientais serão realizadas por conta e ônus da empresa a ser auditada, por equipe técnica ou empresa de sua livre escolha, devidamente cadastrada no órgão ambiental municipal e acompanhadas, a critério da SEMMA, por servidor público, técnico da área de meio ambiente.

§ 1º Antes de dar início ao processo de auditoria, a empresa comunicará à SEMMA, a equipe técnica ou empresa contratada que realizará a auditoria.

§ 2º A omissão ou sonegação de informação relevantes descredenciarão os responsáveis para a realização de novas auditorias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sendo o fato comunicado ao Ministério Público para as medidas judiciais cabíveis.

Art. 56. Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais periódicas, as atividades de elevado potencial poluidor e degradador, entre as quais:

I - Projetos destinados a produção e processamento de produtos agropecuários, especialmente aqueles com uso intensivo do solo, de recursos hídricos e florestais e de agrotóxicos;

II - As instalações de indústrias de alimentos;

III - As indústrias de estruturas metálicas;

IV - As indústrias de processamento de cana de açúcar;

V - As centrais hidroelétricas e termoelétricas;

VI - Atividades extratoras ou extrativistas de recurso naturais;

VII - As instalações destinadas a estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

VIII - As instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

IX - As instalações industriais, comerciais ou recreativas, cujas atividades gerem poluentes em desacordo com critérios, diretrizes e padrões normatizados.

§ 1º Para os casos previstos neste artigo, o intervalo máximo entre as auditorias ambientais periódicas será de 03 (três) anos.

§ 2º Sempre que constatadas infrações aos regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ao meio ambiente, deverão ser realizadas auditorias periódicas sobre os aspectos a eles relacionados, até a correção das irregularidades, independentemente de aplicação de penalidade administrativa e da provocação da ação civil pública.

Art. 57. O não atendimento da realização da auditoria nos prazos e condições determinados, sujeitará o infrator a pena pecuniária, sendo essa, nunca inferior ao custo da auditoria, que será promovida por instituição ou equipe técnica designada pela SEMMA, independentemente de aplicação de outras penalidades legais já previstas.

Art. 58. Todos os documentos decorrentes das auditorias ambientais, ressalvados aqueles que contenham matéria de sigilo industrial, conforme definido pelos empreendedores, serão acessíveis a consulta pública dos interessados nas dependências da SEMMA, independentemente do recolhimento de taxas ou emolumentos.

Capítulo VIII DO MONITORAMENTO

Art. 59. O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade e disponibilidades dos recursos ambientais, com o objetivo de:

I - Aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e aos padrões de emissão;

II - Controlar o uso e a exploração de recursos ambientais;

III - Avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;

IV - Acompanhar o estagio populacional de espécie da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção e em extinção;

V - Subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;

VI - Acompanhar e avaliar a recuperação de ecossistemas ou áreas degradadas;

VII - Subsidiar a tomada de decisão quanto à necessidade de auditoria ambiental.

Capítulo IX DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL - SMIDA

Art. 60. O Sistema Municipal de Informações e Documentação Ambiental - SMIDA, é o conjunto de bases de dados de interesse da SIMMA serão organizados, mantidos e atualizados sob responsabilidade da SEMMA em parceria com o Centro de Informação e documentação - CID do Ministério do Meio Ambiente - MMA, para utilização, pelo Poder Público e pela sociedade.

Art. 61. São objetivos do SMIDA entre outros:

I - Coletar e sistematizar dados e informações de interesses ambientais;

II - Colidir de forma ordenada, sistêmica e interativa os registros e as informações dos órgãos, entidades e empresas de interesses para o SIMMA;

III - Atuar como instrumento regulador dos registros necessários às diversas necessidades do SIMMA;

IV - Recolher e organizar dados e informações de origem multidisciplinar de interesse ambiental, para o uso de Poder Público e da sociedade;

V - Articular - se com os sistemas congêneres e parceiros o intercambio de documentos, informações e dados de interesses afins.

Art. 62. O SMIDA será organizado e administrado pela SEMMA que proverá os recursos orçamentários, materiais e humanos necessários.

Art. 63. O SMIDA conterà unidades específicas para:

I - Registro de entidades ambientalistas com ação no Município;

II - Registro de entidades populares com jurisdição no Município, que incluam, entre seus objetivos, a ação ambiental;

III - Cadastro de órgão e entidades jurídicas, inclusive de caráter privado, com sede no Município ou não, com ação na preservação. Conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

IV - Registro de empresas e atividades cuja ação, de repercussão no Município, comporte risco efetivo ou potencial para o meio ambiente;

V - Cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que se dedique, a prestação de serviços de consultoria sobre questões ambientais, bem como a elaboração de projeto na área ambiental;

VI - Cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que cometeram infração às normas ambientais incluindo as penalidades a elas aplicadas;

VII - Organização de dados e informações técnicas, bibliográficas, literárias, jornalísticas e outras de relevância para os objetivos do SIMMA;

VIII - Outras informações de caráter permanentes ou temporários;

IX - Distribuir documentos e informativos da área ambiental.

Parágrafo Único. A SEMMA fornecerá certidões, relatórios, ou cópias dos dados e proporcionarão consultas as informações de que dispõe observados os direitos individuais e o sigilo industrial.

Capítulo X DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 64. Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, gerenciado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, com o objetivo de financiar e promover, conforme dispuser seu regulamento, planos, programas, projetos, pesquisas e atividades que

visem ao uso racional e sustentado de recursos naturais, bem como auxiliar o controle, fiscalização, defesa e recuperação do meio ambiente.

§ 1º O Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA será constituído:

- I - Por dotação orçamentária do Município;
- II - Pela totalidade dos valores obtidos pela compensação financeira destinada ao Município, relativa ao resultado da exploração de recursos minerais;
- III - Pela totalidade dos valores obtidos a partir da cobrança pela utilização de recursos hídricos;
- IV - Pelo produto das multas por infração às normas ambientais e expedição de licenças ambientais;
- V - Por recursos provenientes de parte da cobrança efetuada pela utilização eventual ou continuada de unidade de conservação do Município;
- VI - Por rendimento de qualquer natureza, que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;
- VII - Por recursos provenientes de ajuda e cooperação nacionais e internacionais;
- VIII - Pelo produto decorrente de acordo, convenio, contratos e consorcio;
- IX - Por receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens moveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- X - Por outras receitas eventuais.

§ 2º As pessoas físicas ou jurídicas que fizerem doações ao FMMA poderão gozar de benefícios relativos a impostos municipais previstos na Lei.

§ 3º Os recursos previstos neste artigo serão depositados em conta especial no Banco do Brasil S.A. agência local, a credito do FMMA.

§ 4º O FMMA poderá formar consorcio intermunicipal, para as ações ou defesa de interesses comuns.

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá o regulamento do FMMA, ouvido o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), no qual deverão estar compreendendo os procedimentos necessários ao controle e fiscalização interna e externa de aplicação de seus recursos.

Capítulo XI

DO PLANO DIRETOR DE ARBORIZAÇÃO E ÁREAS VERDES

Art. 65. A lei complementar definirá as atribuições para execução, acompanhamento, fiscalização e orientação sobre o Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes de Praia Norte, além do previsto neste Código.

Art. 66. São objetivos do Plano Diretor de Áreas Verdes estabelecer diretrizes para:

- I - Arborização de ruas, comportando programas de plantio, manutenção e monitoramento;
- II - Áreas verdes particulares, consistindo de programas de uso público, de recuperação e proteção de encostas e de monitoramento e controle;
- III - Áreas verdes particulares, consistindo de programas de uso público, de recuperação e proteção de encostas e de monitoramento e controle;

IV - Unidades de conservação, englobando programas e planos de manejo, de fiscalização e de monitoramento;

V - Desenvolvimento de programas de pesquisa, capacitação técnica, cooperação, revisão e aperfeiçoamento da legislação.

Art. 67. A revisão e atualização do Plano Diretor de Arborização de Áreas Verdes caberá a SEMMA, em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, Agricultura Produção e Abastecimento (SEMAPA), bem como a sua execução e o exercício do poder de polícia quanto às novas normas desta lei.

Parágrafo Único. A Prefeitura através da SEMMA e da SEMAPA incentivará a formação de Bancos de Sementes, Desenvolvimento de Mudas e Capacitação de mão-de-obra afim, podendo para tanto, estabelecer parcerias com órgãos do Governo Federal e estadual ou mesmo do Setor Privado.

Capítulo XII DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 68. A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Parágrafo Único. A Prefeitura através da SEMMA e da SEDUC desenvolverá e implementará um processo de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, visando a consecução dos objetivos deste artigo.

Art. 69. O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, deverá:

I - Apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não formal;

II - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III - Fornecer suporte técnico / conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltadas para a questão ambiental;

IV - Articular com entidades dos governos federal, estadual e não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos;

V - Desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município;

VI - Articular junto aos governos federal e estadual apoio institucional técnico e financeiro para implantação do Plano de Educação Ambiental.

Título IV DO CONTROLE AMBIENTAL Capítulo I DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POPULAÇÃO

Art. 70. A qualidade ambiental será determinada nos termos dos artigos 29, 30 e 31 deste Código.

Art. 71. É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que cause comprovada poluição ou degradação ambiental, acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 72. Sujeitam-se ao dispositivo neste Código todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes, que direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.

Art. 73. O Poder Executivo, através da SEMMA, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em caso de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observada a legislação vigente.

Parágrafo Único. Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 74. A SEMMA é o órgão competente do Poder Executivo Municipal para o exercício do poder de polícia nos termos e para efeitos deste Código, cabendo-lhe, dentre outras:

I - Estabelecer exigências técnicas relativas a cada estabelecimento ou atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora;

II - Fiscalizar o atendimento às disposições deste Código, seus regulamentos e demais normas dele decorrentes, especialmente às resoluções do CONDEMA;

III - Estabelecer penalidades pelas infrações às normas ambientais;

IV - Dimensionar e quantificar o dano visando a responsabilidade do agente poluidor ou degradador.

Art. 75. As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as empresas e entidades públicas da administração indireta, cujas atividades sejam potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras, ficam obrigadas ao cadastro no SMIDA.

Art. 76. Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de instalações ou atividades em débito com o Município, em decorrência da aplicação de penalidades por infrações à legislação ambiental.

Art. 77. As revisões periódicas dos critérios e padrões de lançamentos de efluentes poderão conter novos padrões bem como substâncias ou parâmetros não incluídos anteriormente no ato normativo.

Seção I DA DECLARAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Art. 78. A extração mineral de saibro, areia, argilas e terra vegetal são reguladas por esta seção e pela norma ambiental pertinente.

Art. 79. A exploração de jazidas das substâncias minerais dependerá sempre de EPIA / RIMA para o seu licenciamento.

Parágrafo Único. Quando do licenciamento será obrigatória a apresentação de projeto de recuperação da área degradada pelas atividades de lavra.

Art. 80. O requerimento de licença municipal para a realização de obras, instalação, operação e ampliação de extração de substâncias minerais, será instruído pelas autorizações estaduais e federais.

Capítulo II DO AR

Art. 81. Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - Exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II - Melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização de eficiência do balanço energético;

III - Implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - Adoção do sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por partes das empresas responsáveis, sem prejuízos das atribuições de fiscalização da SEMMA;

V - Integração dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar, numa única rede, de forma a manter um sistema adequado de informações;

VI - Proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VII - Seleção de áreas mais propícias a dispersão atmosférica para implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular, hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas;

VIII - A prefeitura incentivará através da capacitação e estabelecimento de parcerias com instituições governamentais e não governamentais, a produção de energia limpa, de origem solar, eólica, hidroelétrica, biodigestão e gasogênio.

Art. 82. Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:

I - Na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico:

a) Disposição das pilhas feitas de modo a tornar mínimo o arraste eólico;

b) Umidade mínima da superfície das pilhas, ou cobertura das superfícies por materiais ou substâncias selantes ou outras técnicas comprovada que impeçam a emissão visível de poeira por arraste eólico;

c) A arborização das áreas circunvizinhas compatível com a altura das pilhas, de modo a reduzir a velocidade dos ventos incidentes sobre a mesma.

II - As vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umedecidas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;

III - As áreas adjacentes as fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização, por espécie e manejo adequados;

IV - Sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação de ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, ou enclausurados ou outras técnicas comprovadas;

V - As chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser constituídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados da avaliação relacionadas ao controle da poluição.

Art. 83. Ficam vedadas:

I - A queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;

II - A emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante 2 (dois) primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 (cinco) minutos de operação para outros equipamentos;

III - A emissão visível de poeiras, nevoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;

IV - A emissão de odores que possam criar incomodo à população;

V - A emissão de substancias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;

VI - A transferência de matéria que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Parágrafo Único. O período de 5 (cinco) minutos referidos no inciso II, poderá ser ampliado ate o máximo de 10 (dez) minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica dos equipamentos.

Art. 84. As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado da SEMMA, apresentar relatórios periódicos de medição, com intervalo não superior a descrição de manutenção dos equipamentos, bem como a representatividades destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

Parágrafo Único. Deverão ser utilizadas metodologias de coletas e análises estabelecidas pela ABNT ou pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, homologadas pelo CONDEMA.

Art. 85. São vedadas à instalação e ampliação de atividades que não atendem as norma, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por essa lei.

§ 1º Todas as fontes de emissões existentes no Município deverão se adequar ao disposto neste Código, nos prazos estabelecidos pela SEMMA, não podendo exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da vigência desta lei.

§ 2º A SEMMA poderá reduzir este preza nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados á população sejam significativos.

§ 3º A SEMMA poderá ampliar os prazos por motivos que não dependem dos interesses desde que devidamente justificado.

Art. 86. A SEMMA, baseada em parecer técnico, procederá a elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos neste Código, sujeito a apreciação do CONDEMA, de forma a incluir outras substâncias e

adequá-las aos avanços das tecnologias de processos industrial e controle da poluição.

Capitulo III DA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS E CERRADOS

Art. 87. O Poder Público Municipal, emitirá normas e critérios especiais, para o controle de florestas, cerrados, no Município, tendo em vista a valorização do Patrimônio Ambiental do Município.

Seção I CONTROLE DE QUEIMADAS

§ 1º É vedado o uso do fogo para queima de pastagens, roça no toco e derrubadas, salvo se devidamente autorizados pelo SIMMA, e obedecendo a um calendário rígido que vai de 1º de março a 30 de junho de cada ano.

§2º A prefeitura incentivará a implantação e operacionalização de modelos que evitem ou minimizem o uso das queimadas.

Seção II CONTROLE DO USO DE RECUSOS FLORESTAIS

Art. 88. É vedada a derrubada de cerrados, florestas, capoeiras, sem autorização prévia através de licenciamento ambiental fornecido pela SEMMA.

Seção III CONTROLE DA FAUNA

§ 1º A SEMMA exercerá controle rigoroso sobre o tráfego e a caça de animais silvestres, sem prejuízos das penalidades previstas na legislação federal e estadual.

§ 2º A SEMMA articulará com órgão federais e estaduais a permissão para a criação de animais silvestre para fins de reposição do "habitat" natural ou comercial, de acordo e na forma da legislação pertinentes.

§ 3º A SEMMA fará campanhas para libertação de animais e pássaros presos em cativeiro, bem como efetuará fiscalização e apreensões sem prejuízo das penalidades previstas na legislação pertinentes.

Capitulo IV DOS RECURSOS HIDRICOS

Art. 89. A Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos hídricos objetiva:

- I - Proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;
- II - Proteger e recuperara os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as áreas de nascentes, e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;

III - Reduzir, progressivamente, a toxicidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'água;

IV - Compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;

V - Controlar os processos erosivos que resultem no transportes de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem;

VI - Assegurar o acesso e o uso público as águas superficiais, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanentes, quando expressamente disposto em norma específica;

VII - O adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos.

Art. 90. A ligação do esgoto sem tratamento adequado à rede de drenagem pluvial equivale à transgressão do inciso I, do Art. 87, deste Código.

Art. 91. Toda edificação fica obrigada a ligar o esgoto doméstico, no sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência.

Art. 92. As diretrizes deste Código aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva e potencialmente poluidoras instaladas no Município de Praia Norte em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta em emissários.

Art. 93. Os critérios e padrões estabelecidos em legislação deverão ser atendidos também, por etapas ou áreas específicas dos processos de produção ou geração de efluentes, de forma a impedir sua diluição a assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

Art. 94. Os Lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade de água em vigor, ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratória, exceto em zona de mistura.

Art. 95. Serão consideradas, de acordo como o corpo receptor, com critérios estabelecidos pela SEMMA, ouvindo o CONDEMA, as áreas de mistura fora dos padrões de qualidade.

Art. 96. A captação de água, superficial ou subterrânea, deverá atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízo das demais exigências legais, a critério técnico da SEMMA.

Art. 97. As atividades efetivas ou potencialmente poluídas ou degradadas e da captação de água, implementarão programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental em suas áreas de influência, previamente estabelecidas ou aprovadas pela SEMMA, integrado tais programas o Sistema Municipal de Informações e Documentação Ambiental.

§ 1º A coleta e análise dos efluentes líquidos deverão ser baseados em metodologia aprovadas pela SEMMA, sempre respaldadas por normas técnicas e a legislação pertinentes.

§ 2º Todas as avaliações relacionadas aos lançamentos de efluentes líquidos deverão ser feitas para as condições de dispersão mais desfavoráveis, sempre incluída a previsão de margens de segurança.

§ 3º Os técnicos da SEMMA terão acesso a todas as fases do monitoramento que se refere o caput deste artigo, incluindo procedimentos laboratoriais.

Art. 98. A critério da SEMMA as atividade efetivas ou potencialmente poluidoras deverão implantar bacias de acumulação ou outro sistemas com a capacidade para as águas de drenagem, de forma a assegurar o seu tratamento adequado.

Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo aplica-se as águas de drenagem correspondente a precipitação de um período inicial de chuvas a ser definido em função das concentrações e das cargas de poluentes.

Seção I

DA PROTEÇÃO E CONTROLE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO TOCANTINS

Art.99. O Poder Executivo através do SIMMA, com base no ZEE, delimitará a área de influência da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, na área do Município, em parceria ou consórcios intermunicipais, definirá a área de proteção e exercerá rigoroso controle sobre a referida bacia.

Seção II

DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS RIACHOS E OUTRAS FONTES DE ÁGUAS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 100. O Poder Executivo, através do SIMMA, fará o zoneamento das áreas de proteção ambiental, das fontes referidas no caput desta seção, bem como, proverá medidas de proteção, saneamento, drenagem e recuperação das águas e áreas degradadas.

Capitulo V

DO PARCELAMENTO E USO DO SOLO

Art. 101. A Proteção do solo no município objetiva:

I - Garantir o uso do solo urbano e rural, através dos instrumentos de gestão competente, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Rural;

II - Garantir a utilização do solo cultivável, através de adequados planejamento, pesquisas desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejo ecológico;

III - Priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica;
Incentivar o desenvolvimento sustentável da fronteira agrícola de Praia Norte;

V - Incentivar o desenvolvimento sustentável da fronteira agrícola do Município;

VI - Priorizar a utilização de controle biológico de pragas.

Parágrafo Único. Para exercer um controle eficaz sobre o uso do solo, todos os agentes provedores de recursos oficiais e privados, projetos e assistência técnica e revenda de insumos agrícolas ficam a exigir de seus clientes as licenças previstas neste Código.

Art. 102. O Município deverá implantar adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados, e a valorização dos resíduos aproveitáveis.

Art. 103. A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam líquidos, gasosos, semi-líquidos e sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacidade do solo de autodepurar-se, levando-se em conta a legislação específica, e os seguintes aspectos:

- I - Capacidade de Percolação;
- II - Garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;
- III - Limitação e controle da área afetada;
- IV - Reversibilidade dos efeitos negativos.

Capitulo VI DO CONTROLE DA EMISSÃO DE RUIDOS

Art. 104. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e o bem-estar publico, evitando sua perturbação por emissão excessiva ou incomodas e sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 105. Para os efeitos deste Código consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I - Poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva á saúde, à segurança e ao bem-estar público transgrida as disposições fixadas nas normas pertinentes;

II - Som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20.000 Hz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;

III - Ruídos: qualquer som que cause ou possa causar perturbação ao sossego publico ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em serem humanos;

IV - Zona sensível a ruídos: são áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e áreas de preservação ambiental.

Art. 106. Compete a SEMMA:

I - Elaborar a carta acústica do Município de Praia Norte;

II - Estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonoras;

III - Aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais previstas na legislação vigente;

IV - Exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios podendo, para a consecução dos mesmo, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;

V - Impedir a localização de estabelecimentos industriais, fabricas, oficinas ou outros que produzam ou possam a vir produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zona sensível a ruídos;

VI - Organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

- a) Causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;
- b) Esclarecimento sobre as proibições relativas que possam causar poluição sonora.

Art. 107. A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

Art. 108. Fica proibido a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, observando o disposto no zoneamento previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo Único. Os níveis máximos de som nos períodos diurnos e noturnos serão fixados pela SEMMA.

Art. 109. Fica proibido o uso ou a operação, inclusive comercial, de instrumentos ou equipamentos, de modo que o som emitido provoque ruído.

Capítulo VII DO CONTROLE DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 110. A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visível dos logradouros públicos, poderá ser promovida por pessoas físicas ou jurídicas, desde que autorizadas pelo órgão competente.

Parágrafo Único. Todas as atividades que industrializem, fabriquem ou comercializem veículos de divulgação ou seus espaços, devem ser cadastradas no órgão competente.

Art. 111. O assentamento físico dos veículos de comunicação nos logradouros públicos só será permitido nos seguintes casos:

- I - Quando contiver anúncio institucional;
- II - Quando contiver anúncio orientador.

Art. 112. São considerados anúncios quaisquer indicação executados sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis dos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais, indústrias ou profissionais, empresa, produtos de quaisquer espécies, idéias, pessoas ou coisas, classificando-se em:

I - Anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades ou serviços;

II - Anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas, idéias ou coisas;

III - Anúncios promocionais: transmite informações do poder público organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes e similares, sem fins comerciais;

IV - Anúncio orientador: transmite mensagens de orientações, tais como tráfego ou alerta;

V - Anúncio misto: é aquele que transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

Art. 113. Considera-se paisagem urbana a configuração resultante da contínua e dinâmica interação entre os elementos naturais, os elementos edificados ou criados e o próprio homem, numa constante relação de escala, forma, função e movimento.

Art. 114. São considerados veículos de divulgação ou simplesmente veículos, equipamento de comunicação visual ou audiovisual utilizados para transmitir anúncios ao público, segundo a classificação que estabelecer a resolução do CONDEMA.

Art. 115. É considerado poluição visual qualquer limitação a visualização pública de monumento natural e de atributo cênico do meio ambiente natural ou criado, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, nos termos deste Código, seus regulamentos e normas decorrentes.

Capítulo VIII
DO CONTROLE DAS ATIVIDADES PERIGOSAS
Seção I
CONTROLE, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 116. É dever do Poder Público controlar e fiscalizar a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de substâncias ou produtos perigosos, bem como as técnicas, os métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a sadia qualidade de vida e do meio ambiente.

Art. 117. São vedados no Município de Praia Norte, entre outros que proíbe este Código:

- I - O lançamento de esgoto in natura, em corpos d'água;
- II - A produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;
- III - A fabricação, comercialização, transporte, armazenamento e utilização de armas químicas e biológicas;
- IV - A instalação de depósito de explosivos, para uso civil;
- V - A exploração de pedreiras, sem a devida licença ambiental;
- VI - A utilização de metais pesados em quaisquer processos de extração, produção e beneficiamento que possam resultar na contaminação do meio ambiente natural;
- VII - A produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, bióxidos, agrotóxicos, produtos químicos ou biológicos cujo emprego seja proibido no território nacional, por razão toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;
- VIII - A produção, o uso, o depósito e o transporte de materiais e equipamentos ou artefatos que façam uso de substâncias radioativas, observadas as outorgas emitidas pelos órgãos competentes e devidamente licenciados e cadastrados pelo SIMMA;
- IX - A disposição de resíduos perigosos sem os tratamentos adequados a sua especificidade.

Seção II DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

Art. 118. As operações de transportes, manuseio e armazenagem de cargas perigosas, no território do Município, serão reguladas pelas disposições deste Código e da norma ambiental competente.

Art. 119. São consideradas cargas perigosas, para os efeitos deste Código, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetiva ou potencialmente nocivas à população, aos bens e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT, e outras que o CODEMA considerar.

Art. 120. Os veículos, as embalagens e os procedimentos de transportes de cargas perigosas devem seguir as normas pertinentes na ABNT e a legislação em vigor, e encontra-se em perfeito estado de conservação, manutenção e regularidade e sempre devidamente sinalizados.

Art. 121. É vedado o transporte de cargas perigosas dentro do Município de Praia Norte, sem observância das normas e legislação pertinente.

Parágrafo Único. Quando inevitável, o transporte de cargas perigosa no Município de Praia Norte, será de autorização expressa do Corpo de Bombeiros quando houver e da SEMMA, que estabelecerão os critério especiais de identificação e as medidas de segurança que se fizerem necessárias em função da periculosidade.

Título V DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL Capítulo I PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 122. A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas dele decorrentes será realizada pelos agentes de proteção ambiental, pelos demais servidores públicos para tal fim designados e pelas entidades não governamentais, nos limites da lei.

Art. 123. Consideram-se para fins deste capítulo os seguintes conceitos:

I - Advertência: É a intimação do infrator para fazer cessar irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - Apreensão: Ato material do poder de polícia e que consiste no privilegio poder de publico de assenhorar-se de objetos ou de produtos da fauna ou da flora silvestre;

III - Auto: Instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do Poder de Polícia;

IV - Auto de Constatação: registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento preterido iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis;

V - Auto de Infração: Registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível;

VI - Demolição: Destruição forçada da obra incompatível com a norma ambiental;

VII - Embargos: É a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento;

VIII - Fiscalização: Toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando o exame e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, neste regulamento e nas normas deles decorrente;

IX - Infração: É o ato ou omissão contrária á legislação ambiental, a este Código e as normas deles decorrentes;

Infrator: É a pessoa física ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concordou para o descumprimento da norma ambiental;

X - Interdição: É a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento;

XI - Intimação: É a ciência ao administrado da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciadas no próprio auto ou em edital;

XII - Multa: É a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida;

XIII - Poder de Polícia: É a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no Município de Praia Norte;

XIV - Reincidência: É a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente autuado por infração ambiental. No primeiro caso trata-se de reincidência específica, e no segundo, de reincidência genérica. A reincidência observará um prazo máximo de 5 (cinco) anos entre uma ocorrência e outra.

Art. 124. No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais credenciados o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos e/ou privados.

Art. 125. Mediante requisição da SEMMA, o agente credenciado poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

Art. 126. Aos agentes de proteção ambiental credenciados compete:

I - Efetuar visitas a ocorrências da infração;

II - Verificar a ocorrência da infração;

III - Lavrar o auto correspondente fornecendo cópia ao autuado;

IV - Elaborar relatório de vistoria;

V - Exercer atividade orientadora visando a adoção de atitude ambiental positiva.

Art. 127. A fiscalização e aplicação de penalidade de que tratam este Código, dar-se-ão por meio de:

I - Auto de constatação;

II - Auto de infração;

III - Auto de apreensão;

IV - Auto de embargo;

V - Auto de interdição;

VI - Auto de demolição.

Parágrafo Único. Os autos serão lavrados em três vias destinadas:

- I - A primeira, ao autuado;
- II - A segunda, ao processo administrativo;
- III - A terceira, ao arquivo.

Art. 128. Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, dele constando:

I - O nome da pessoa física ou jurídica autuada, com o respectivo endereço;

II - O fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;

III - O fundamento legal de autuação;

IV - A penalidade aplicada e, quando for o caso o prazo para correção da irregularidade;

V - Nome, função e assinatura do agente;

VI - Prazo da apresentação da defesa.

Art. 129. Na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade, se o processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e infrator.

Art. 130. A assinatura do infrator ou seus representantes não constitui formalidade essencial à validade do auto, nem implica em confissão, nem a recusa constitui agravante.

Art. 131. Do auto será intimado o infrator:

I - Pelo agente, mediante assinatura do infrator;

II - Por via postal, fax, ou internet, com prova de recebimento;

III - Por edital, nas demais circunstâncias.

Parágrafo Único. O edital será publicado uma vez, em órgão de imprensa oficial, ou em jornal de grande circulação.

Art. 132. São critérios a serem adotados pelo agente na classificação de infração:

I - A maior ou menor gravidade;

II - As circunstâncias atenuantes e as agravantes;

III - Os antecedentes do infrator.

Art. 133. São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas pela SEMMA;

II - Comunicação previa do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;

III - Colaboração com agentes e técnicos encarregados a fiscalização e do controle ambiental;

IV - O infrator não ser reincidente e a falta cometida ser de natureza leve.

Art. 134. São consideradas circunstâncias agravantes:

I - Cometer o infrator reincidência específica ou infração continuada;

II - Ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - Coagir outrem para execução material da infração;

IV - Ter a infração conseqüência grave ao meio ambiente;

V - Deixar o infrator de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente;

- VI - Ter o infrator agido com dolo;
- VII - Atingir a infração áreas sob proteção legal.

Art. 135. Havendo concurso de circunstancia atenuante e agravante, a pena será aplicada levando-as em consideração bem como o conteúdo da vontade do autor.

Capitulo II DAS PENALIDADES

Art. 136. Os responsáveis pela infração ficam sujeitos as seguintes penalidades, que poderão ser aplicada independentemente:

I - Advertência por escrito em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - Apreensão dos produtos e subprodutos da fauna e flora silvestre, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizada na infração;

III - Embargos ou interdição temporais de atividade ate correção da irregularidade;

IV - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

V - Reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com as características e, as especificações definidas pela SEMMA;

VI - Demolição.

§ 1º Quando o infrator praticara simultaneamente, duas ou mais infração, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente às penas cominadas.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas neste Código não exonera o infrator das cominações civis e penas cabíveis.

§ 3º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art. 137. As penalidade poderão incidir sobre:

I - O autor material;

II - O mandante;

III - A quem de qualquer modo concorra à prática ou dela de beneficie.

Art. 138. As penalidade previstas neste capitulo serão objetos de regulamentação por meio de ato do Pode Executivo Municipal, ouvido o CONDEMA.

Art. 139. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prever classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades desta lei e demais legislação pertinente, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

Capitulo III DOS RECURSOS

Art. 140. O autuado poderá apresentar defesa no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do auto de infração.

Art. 141. A impugnação da sanção ou da ação fiscal instaura o processo de contencioso administrativo em primeira instância.

§ 1º A impugnação será apresentada ao Protocolo Geral da Prefeitura, no prazo de 20 dias, contados a partir da data do recebimento da auto de infração.

§ 2º A impugnação mencionará:

I - Autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - A qualificação do impugnante;

III - Os motivos de fato e o direito em que se fundamentar;

IV - Os meios de prova a que o impugnante pretenda produzir exposto o motivo que as justifiquem.

Art. 142. Oferecida a impugnação, o processo será encaminhado ao fez ou servidor designado pela SEMMA, que sobre ela se manifesta, no prazo de 10 dias, dando ciência ao autuado.

Art. 143. Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referentes a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.

Art. 144. O julgamento do processo administrativo, e os relativos ao exercício do poder de polícia, será de competência:

I - Em primeira instância, da Junta de Impugnação Fiscal (JIF) nos processos que versarem sobre toda e qualquer ação fiscal decorrentes do exercício do poder de polícia.

§ 1º O processo será julgado no prazo de 30 dias a partir de sua entrega na JIF.

§ 2º A JIF, dará ciência da decisão ao sujeito passivo, o intimado quando for o casa, a cumpri-la no prazo de 20 dias contados da data de seu recebimento.

I - Em segunda e última instância administrativa, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), órgão consultivo deliberativo e normativo do SIMMA;

§ 3º O CONDEMA, proferirá decisão no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do recebimento do processo, no plenário do conselho.

§ 4º Se o processo depender de diligência, este prazo passará a ser contado a partir do conclusão daquela.

§ 5º Fica facultado ao agente atuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

Art. 145. A JIF, será composta de 02 (dois) membros designados pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente e 01 (um) presidente, que será o Diretor de Departamento da Unidade Administrativa autora da sanção fiscal recusada, e 01 (um) membro do CONDEMA.

Art. 146. Compete ao presidente da JIF:

I - Presidir e dirigir todos os serviços da JIF, zelando pela sua regularidade;

II - Determinar as diligências solicitadas;

III - Proferir voto ordinário e de qualidade sendo este fundamentado;

IV - Assinar as resoluções em conjunto com os membros da junta;

V - Recorrer de ofício ao CONDEMA, quando for o caso.

Art. 147. São atribuições dos membros da JIF:

I - Examinar os processos que lhe forem distribuídos, apresentados, por escrito, no prazo estabelecido, relatório com pareceres conclusivos;

II - Solicitar esclarecimento, diligência ou visitas, se necessários;

III - Proferir voto fundamentado;

IV - Proferir, se desejar, voto escrito e fundamentado;

V - Redigir as resoluções, nos processos em que funcionar como relator desde que vencedor o seu voto;

VI - Redigir as resoluções quando vencido o voto do relator.

Art. 148. A JIF, deverá elaborar o regimento interno, para disciplinamento e organização dos seus trabalhos, submetendo-se ao exame e sanção do Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Art. 149. Sempre que houver entendimento do membro titular da JIF, o Presidente deverá convocar o seu respectivo suplente, com antecedência de 24 horas.

Art. 150. A JIF realizará 01 (uma) sessão ordinária semanal, e tantas extraordinárias quantas necessário, dependendo do fluxo de processo.

Art. 151. O presidente da JIF recorrerá de ofício ao CONDEMA sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento do tributo ou de sanção fiscal, do valor originário não corrigido monetariamente, superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 152. Não sendo cumprido, nem impugnado a sanção fiscal, será declarada á revelia e permanecerá o processo na SEMMA, pelo prazo de 20 dias para cobrança amigável de crédito constituído.

§ 1º A autoridade preparada poderá discordar da exigência não impugnada, em despacho fundamentado, o qual será submetido à JIF.

§ 2º Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito constituído, o órgão preparador declarará o sujeito passivo devedor omisso e encaminhará o processo a Secretaria Municipal de Economia e Fianças, para inscrição do débito em dívida ativa e promoção de cobrança executiva pelo agente arrecadador, quando não for o caso de reparação dano ambiental.

Art.153. São definitivas as decisões:

§ 1º De primeira instância:

I - Quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II - Quando a parte não for objeto de enfoque no recurso voluntário.

§ 2º De segunda e última instância recursal administrativa.

Art. 154. O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários a implementação desta Lei e demais normas pertinentes, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta.

Art. 155. A música intitulada "Eu sou um peixe desse rio", letra e música de Deusamar Santos, fica erigida de hino do Meio Ambiente do Município de Praia Norte.

Art. 156. Fica instituído o prêmio de mérito ecológico "Emerson Fernandes dos Santos", para incentivar pesquisas e apoiar os inovadores e introdutores de inovações tecnológicas que visem proteger o Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas

junto a comunidade, através de programação educativa, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

Parágrafo Único. No primeiro domingo de junho de cada ano, será comemorado o Dia Municipal do Meio Ambiente.

Art. 157. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que cumpram e façam cumprir, inteiramente como nela se contem. Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete, a afaça publicar, registrar e correr.

GABINETE DO PREFEITO MUNICÍPL DE PRAIA NORTE, ESTADO DO TOCANTINS, AOS 08 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2006.

GILMAR ALVES PINHEIRO
Prefeito Municipal